

Parecer nº 75/97

Data: 1997.07.24

Processo nº 228

Reclamante: Associação Portuguesa de Indústria e Comércio das Actividades Náuticas.

Entidade reclamada: Secretário de Estado dos Recursos Naturais

1. A Associação Portuguesa de Indústria e Comércio das Actividades Náuticas veio requerer à CADA que exerça as suas competências legais por forma a que lhe seja facultado acesso a documentação e pareceres técnicos que solicitou em requerimento dirigido ao Secretário de Estado dos Recursos Naturais sobre matéria que suporta tecnicamente o limite de potência das embarcações na Albufeira de Montargil exarada no nº 2 da Resolução de Conselho de Ministros nº 36/97, de 12 de Março.
2. Sobre a matéria em causa, a entidade requerente obteve, sem invocação da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, - LADA, informação vária, solicitada por fax. A troca de correspondência foi, a dado momento, dada por "encerrada", sendo os interessados instados a manifestar as suas opiniões "em sede de discussão pública do Plano de Ordenamento da Albufeira de Montargil".

A Associação requerente deliberou então invocar expressamente a LADA, tendo ocorrido indeferimento tácito.

3. Determina o artigo 268º, nº 2, da Constituição:

“Os cidadãos têm (...) o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas.”

O direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, consagrado no artigo 268º, nº 2, da Constituição, com o consequente princípio da ADMINISTRAÇÃO ABERTA, está regulado na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) - Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, com as alterações constantes da Lei nº 8/95, de 29 de Março, nos termos da qual “o acesso dos cidadãos aos documentos administrativos é assegurado pela Administração Pública de acordo com os princípios da publicidade, da transparência, da igualdade, da justiça e da imparcialidade” (artigo 1º).

No caso vertente, a entidade requerente:

- a) pretende aceder a dados respeitantes a uma decisão preventiva para a qual foram invocados danos produzidos por "embarcações de elevada potência" ;
- b) deseja conhecer os estudos e pareceres obtidos pela Administração nessa fase.

4. *Refere a Resolução 36/97:*

"A Albufeira de Montargil, devido às suas condições naturais, é um local eleito para a prática de numerosas actividades recreativas e desportivas, alvo de procura para fins habitacionais e turísticos, o que se reflecte no grande número de solicitações para recuperação de edifícios ou construção de novas habitações em toda a sua área envolvente.

Constatando-se que os instrumentos de ordenamento aplicáveis na área se têm revelado insuficientes para o adequado tratamento desta situação, foi decidido proceder à elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Montargil, no qual se definirão as regras para o zonamento da albufeira e a sua área envolvente, numa perspectiva integrada de salvaguarda e gestão dos vários recursos em presença.

A fim de se evitar uma alteração das circunstâncias e condições actualmente existentes que possa vir a comprometer a execução deste plano especial de ordenamento do território, bem como garantir a segurança dos diversos utentes da albufeira, importa que desde já sejam adoptadas as medidas previstas no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de Junho.

Foi ouvida a Câmara Municipal de Ponte de Sor.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 202.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolveu:

- 1. A área envolvente da albufeira de Montargil, a sujeitar ao Plano de Ordenamento desta albufeira, fica sujeita às seguintes medidas preventivas:*
 - a) Na zona envolvente da albufeira, tal como definida no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20 de Janeiro, ficam interditas, fora do aglomerado urbano de Montargil e da zona de povoamento disperso de Foros do Mocho, identificados no âmbito do Plano Diretor Municipal de Ponte de Sor, a construção, reconstrução ou ampliação de edifícios ou outras instalações;*
 - b) A Câmara Municipal, conjuntamente com a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, procederá à sinalização, na margem e no plano de água da albufeira, da área destinada exclusivamente a recreio balnear.*
- 2. É interdita a navegação mediante a utilização de motores com potência superior a 75 c. v., salvo no braço da albufeira de Foros do Mocho.*

3. *Exceptuam-se do disposto na alínea a) do n.º 1 as intervenções consideradas de especial interesse local ou regional, desde que mereçam, cumulativamente, a concordância da Câmara Municipal de Ponte de Sor, da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, do Instituto da Água e da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo.*
4. *O prazo de vigência das medidas preventivas previstas no n.º 1 é de um ano, prorrogável por mais um, caducando as regras com a entrada em vigor do Plano de Ordenamento da Albufeira de Montargil.*
5. *Ao município de Ponte de Sor compete dar publicidade às medidas preventivas previstas na presente resolução, através da afixação de editais nos Paços dos Concelho e nas sedes das juntas de freguesia a que respeitem as áreas abrangidas e da publicação de aviso no jornal diário mais lido na região".*
5. Segundo o ofº SERN/1011/97, de 97/03/25, as medidas adoptadas pela Resolução citada têm "uma chamada limitada no tempo". Sendo de carácter preventivo, "para a sua alteração, em sede de plano, é que terão que justificar tecnicamente a nova opção".
6. Quer seja esta quer seja outra a razão subjacente à atitude da Administração, não se lobra fundamento para a recusa de acesso.

De facto, não se consideram documentos administrativos, para efeitos da Lei nº 65/93 :

- a) As notas pessoais, esboços, apontamentos outros registos de natureza semelhante;
- b) Os documentos cuja elaboração não releve de actividade administrativa,

designadamente referentes à reunião do Conselho de Ministros e de secretários de Estado, bem como à sua preparação (art 4º).

Por outro lado, o acesso a documentos constantes de processos não concluídos ou a documentos preparatórios de uma decisão é diferido até à tomada da decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano após a sua elaboração (artigo 7º, nº 5, da Lei nº 65/93).

7. No caso vertente :

- o carácter preventivo da decisão em nada altera o facto de ter sido tomada com determinada configuração e com consequências precisas e concretas, sendo o regime provisório, de resto, prorrogável;
- Os estudos e pareceres que levaram a dadas soluções e excluíram outras são relevantes, por isso mesmo que terão pesado nas opções tomadas.

Poderá a Administração limitar o acesso aos trabalhos preparatórios de decisões futuras. Não pode fazê-lo, porém, em relação a documentos produzidos no processo de preparação de decisões já assumidas.

Não existem no caso vertente indícios ou provas de que ocorra qualquer das circunstâncias que legalmente justificam segredo administrativo. A interrupção da correspondência informal entre a Administração e os cidadãos pode "encerrar" um ciclo de correspondência livre e voluntária mas não fecha caminho à invocação das regras da Lei nº 65/93, se assim entenderem os interessados. Se não existir situação que legitime o segredo, a Administração deve facultar acesso aos documentos pertinentes.

Nestes termos a CADA é de parecer que a Associação Portuguesa de Indústria e Comércio das Actividades Náuticas pode tomar conhecimento da documentação e

pareceres técnicos que solicitou em requerimento dirigido ao Secretário de Estado dos Recursos Naturais sobre matéria que suporta tecnicamente o limite de potência das embarcações na Albufeira de Montargil exarada no nº 2 da Resolução de Conselho de Ministros nº 36/97, de 12 de Março.

Lisboa, 24 de Julho de 1997

José Magalhães (Relator) – *João Figueiredo* – *José Renato Gonçalves* – *Branca do Amaral* – *João Labescat* – (Tem voto de conformidade do vogal Dr. Fernando Condesso que não assina por já não se encontrar presente) – *Armindo José Girão Cardoso* (Presidente)